



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO CONSTITUCIONAL (10 QUESTÕES)

1. Constituição: conceito, classificação, objeto e elementos.
2. Constitucionalismo e Poder Constituinte.
3. Princípios Fundamentais.
4. Direitos e Garantias Fundamentais.
5. Da Nacionalidade.
6. Dos Direitos Políticos.
7. Dos Partidos Políticos.
8. Controle de Constitucionalidade.
9. Formas de Estado. Federalismo. Estado Brasileiro.
10. Bens da União.
11. Repartição constitucional de competências.
12. Poder Legislativo e Poder Executivo. Processo legislativo.
13. Organização constitucional do Poder Judiciário. Competência constitucional da Justiça Federal.
14. Ministério Público. Funções essenciais à Justiça.
15. Da Educação, da Cultural e do Desporto.
16. Do Meio Ambiente.
17. Dos Índios.

DIREITO ADMINISTRATIVO (05 QUESTÕES)

1. Administração Pública. Estrutura administrativa: conceito, elementos e poderes do Estado, organização do Estado e da Administração, entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos.
2. Atividade administrativa: conceito, natureza e fins, princípios básicos, poderes e deveres do administrador público.
3. Organização administrativa da União. Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Agências Reguladoras.
4. Poderes da Administração.
5. Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, invalidação.
6. Bens públicos: classificação, afetação, desafetação, regime jurídico, aquisição e alienação.
7. Servidores Públicos.
8. Responsabilidade Civil do Estado.
9. Improbidade Administrativa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

DIREITO CIVIL (05 QUESTÕES)

1. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n. 4.657/42, com ementa alterada pela Lei n. 12.376/2010).
2. Noções de Direito Civil. Vigência e eficácia da lei no tempo. Interpretação e integração.
3. Pessoa física: início e fim. Personalidade. Capacidade. Domicílio. Das Pessoas Jurídicas. Capacidade e Representação. Domicílio.
4. Bens.
5. Fatos e Atos jurídicos. Negócio jurídico. Validade e eficácia.
6. Atos ilícitos e responsabilidade. Da prescrição e da decadência.
7. Teoria geral das obrigações. Conceito. Elementos constitutivos e fontes das obrigações. Modalidades. Extinção. Responsabilidade civil.
8. Teoria Geral dos Contratos.
9. Do Direito das Coisas: Da posse e sua classificação. Da aquisição da posse. Dos efeitos da posse. Da perda da posse. Da aquisição da propriedade imóvel por Usucapião.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL (10 QUESTÕES)

1. Das partes e dos procuradores.
2. Jurisdição: conceito, características, finalidade.
3. Da competência. Do juiz. Ministério Público no processo civil.
4. Ação. Conceito. Elementos. Condições. Classificação.
5. Processo. Conceito. Natureza jurídica. Classificação. Processo e Procedimento.
6. Formação, suspensão e extinção do processo. Dos atos processuais.
7. Procedimento comum ordinário e procedimento sumário.
8. Petição inicial. Requisitos. Indeferimento.
9. Recursos previstos no Código de Processo Civil.
10. A resposta do réu. Revelia e seus efeitos. Da sentença e da coisa julgada.
11. Processo Coletivo: Ações Constitucionais. Mandado de Segurança Individual e Coletivo. Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública. Ação de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92).

DIREITO PENAL (10 QUESTÕES)

1. Da aplicação da lei penal. Lei penal no tempo e no espaço. Sucessão de leis penais.
2. Teoria do Crime: tipicidade, ilicitude e culpabilidade. Elementos. Dolo e culpa. Consumação e tentativa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

3. Da imputabilidade penal.
4. Do concurso de pessoas. Concurso de crimes.
5. Das penas e da medida de segurança.
6. Dos Crimes Federais: Apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do Código Penal); Estelionato contra entidade de direito público (art. 171, §3º, do Código Penal); Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (art. 231 do Código Penal); Quadrilha ou bando (art. 288 do Código Penal); Da moeda falsa (arts. 289 a 291 do Código Penal); Das falsidades em geral (arts. 296 a 305 do Código Penal); Dos crimes contra a Administração Pública (arts. 312 a 337-D do Código Penal); Genocídio (Lei n. 2.889/1956); Abuso de autoridade (Lei n. 4.898/1965); Crimes da Lei n. 4.947/1966 – Direito Agrário; art. 58 da Lei n. 6.001/1973 – Estatuto do Índio; arts. 239 ao 241-E da Lei n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; Dos crimes contra a ordem tributária (Lei n. 8.137/1990); art. 18 da Lei n. 10.826/2003 – Estatuto do desarmamento; Lei n. 11.343/2003 – Lei de Drogas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL (10 QUESTÕES)

1. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço.
2. Inquérito policial: Conceito, características, instauração, procedimento, prazo da conclusão e arquivamento.
3. Ação Penal. Espécies.
4. Competência. Competência da Justiça Federal.
5. Da prova: Teoria geral. Exame de corpo de delito. Interrogatório. Provas em espécie.
6. O Ministério Público no Processo Penal. O Processo Penal e os Direitos Humanos.
7. Da sentença.
8. Dos recursos. Teoria geral. Recursos em espécie.
9. Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória.
10. Lei n. 8.072/90: Liberdade provisória. Substituição da pena e progressão de regime.
11. Lei n. 9.296/96.
12. Processo Penal em face do indígena.